



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Às 15 horas do dia 4/4/17, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga, sendo secretário o vereador Reinaldo Gomes, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente abriu a reunião e, após a leitura, pelo vereador Doorgal Andrada, de um versículo das escrituras sagradas, pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”. O vereador Jorge Santos solicitou que fosse dispensada a leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 15/3/17. Colocado em votação, o pedido de dispensa foi aprovado, e o presidente declarou a ata aprovada. Usaram a palavra, na parte reservada para pronunciamento sobre assunto relevante, os vereadores: 1) CIDA FALABELLA: relatou ter permanecido, nesta data, por 30 minutos, no Plenário Helvécio Arantes, aguardando os vereadores Autair Gomes, Jair de Gregório, Gabriel e Pedro Bueno para abertura da 1ª reunião da comissão que apreciaria o veto total à Proposição de Lei nº 6/17. Informou que, diante da falta de quórum, convocara nova reunião para as 11 horas do dia seguinte. Considerou ser de suma importância o debate que ocorre nas comissões. Comunicou, também, que, em 5/4/17, às 13 horas, será realizada audiência pública para debater o Orçamento da Cultura. 2) JAIR DI GREGÓRIO: disse perceber falta de ética por parte de alguns vereadores dentro e fora desta Casa. Informou ser o único representante da Igreja Assembleia de Deus em Belo Horizonte, mas relatou que alguns vereadores têm comparecido à igreja para oferecer produtos gratuitamente aos membros desta. Registrou, no entanto, que quem atende as demandas do público desse segmento é o vereador por ele eleito. Afirmou nunca ter se dirigido a outras igrejas para buscar apoio. Solicitou, então, que os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadores respeitassem uns aos outros. 3) GILSON REIS: agradeceu a presença, na galeria, dos artistas de rua. Solicitou a derrubada do veto ao projeto que trata da apresentação desses artistas nas ruas. Informou ter enviado, para assinatura dos vereadores, um manifesto contrário à reforma da previdência. Considerou que essa reforma retira a dignidade dos brasileiros. Informou que esse manifesto será encaminhado à Câmara Federal, por meio dos deputados federais que estarão presentes em audiência pública a ser realizada em 7/4/17, em que essa reforma será debatida. 4) PROFESSOR WENDEL MESQUITA: lamentou que, apesar de conter as especificidades do limite das caixas de som, o projeto de lei que trata do trabalho dos artistas de rua tenha sido vetado. Destacou a importância da arte cênica e, nesse sentido, manifestou-se favorável à derrubada do veto a esse projeto. 5) ARNALDO GODOY: registrou as dificuldades financeiras por que passa o Estado de Minas Gerais, o que o impede de realizar políticas públicas e de arcar com os salários dos servidores. Informou que o presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, insistia em cobrar de Minas Gerais uma dívida de R\$85 bilhões que o Estado possui com a União. No entanto, afirmou que a União deve ao Estado cerca de R\$135 bilhões em razão de perdas provenientes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, previsto pela Lei Kandir. Nesse sentido, defendeu que fosse feito o acerto de contas para que o Estado possa investir na Cultura, na Saúde, na Educação, entre outras políticas públicas, e no pagamento dos salários dos servidores. 6) JULIANO LOPES: informou ter apresentado requerimento de preferência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.827/16, intitulado "Projeto de Lei das Viúvas". Explicou que a intenção desse projeto de lei é reconhecer um direito desses permissionários e seus sucessores, considerando o fato de que essas famílias haviam sido responsáveis pela implantação do serviço de transporte suplementar na cidade. Registrou, ainda, que os permissionários sofreram com jornadas extenuantes de 16 horas e condução



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exclusiva dos veículos. 7) JORGE SANTOS: lembrou a realização, na legislatura passada, de audiência pública em que se discutiu o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - da cidade. Relatou que, naquele momento, fora afirmado que esse imposto não receberia qualquer tipo de aumento em seu valor, mas que estava sendo feito um mapeamento aéreo para indicar imóveis cuja área de construção tivesse sido aumentada. Disse ter sido publicado, pela imprensa, nesta data, que a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - realizaria vistoria em 15 mil imóveis que tiveram o valor do IPTU definido por aerolevantamento e que, por isso, poderiam receber aumento do IPTU em até 2.000%. Em razão disso, informou que os proprietários de imóveis não estavam permitindo a entrada de fiscais em suas residências. Disse ser preciso realizar nova audiência pública para saber como se dará esse aumento de IPTU. O vereador GILSON REIS, inscrito como primeiro orador, ocupou a tribuna para informar a realização de debate na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, com a participação de vários setores da cidade, para discutir o acerto de contas entre a União e o Estado de Minas Gerais. Afirmou que os Estados brasileiros estão em calamidade financeira, situação que se agravará diante da possibilidade de redução dramática do Produto Interno Bruto - PIB - do País, o que, segundo declarou, repercutirá nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. Declarou que o governo do presidente Michel Temer, além de não discutir a legitimidade da dívida com o Estado de Minas Gerais, havia sugerido a privatização de empresas públicas, a redução dos salários dos servidores, entre outras medidas, para negociá-la. No entanto, registrou que, em razão de perdas com a desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários, instituída pela Lei Kandir, o Estado teria a receber da União cerca de R\$135 bilhões. Afirmou, então, ser o Estado de Minas Gerais credor da União. Nesse sentido, defendeu o acerto de contas entre o Estado e a União, de modo que R\$55 bilhões possam ser investidos em Minas Gerais. O vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

JORGE SANTOS, inscrito como segundo orador, destacou a presença, na data de ontem, nesta Casa, do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, que, segundo relatou, foi recebido com honras pelos vereadores. Solicitou reunião do prefeito com os vereadores para apresentação da reforma administrativa da PBH pretendida pelo Executivo. Manifestou preocupação, também, com a possibilidade de o Plano Diretor de Belo Horizonte ser encaminhado a esta Casa de forma desmembrada. Lembrou a realização de várias conferências para discutir o Plano Diretor que aprovaram várias propostas a serem inseridas no plano e que, em seu entendimento, precisam ser respeitadas. Foi aparteado pelos vereadores Pedro Patrus e Elvis Côrtes. Às 15h48min passou-se à apreciação da PRIMEIRA PARTE da ORDEM DO DIA. Assumiu a secretaria a vereadora Nely. Fazendo uso do tempo destinado à liderança de partido, o vereador ARNALDO GODOY considerou indevido o possível desmembramento do Plano Diretor da cidade em duas matérias distintas, uma versando sobre os aspectos empresariais e outra sobre os sociais, pois, a seu ver, esses aspectos estão bastante interligados. Disse ser preciso que o plano venha para a Câmara para que os vereadores possam discuti-lo com profundidade, serenidade e maturidade. EM TURNO ÚNICO - VETO: 1) Projeto de Lei nº 1.785/15 - “Veto total à Proposição de Lei nº 168/16, que ‘Permite a presença de vendedores ambulantes de flores naturais nas praças do Município’”. Autoria: vereador Joel Moreira Filho. Foi deferido, EM TURNO ÚNICO, o Requerimento nº 40/17 - “Votação destacada, com preferência, do seguinte dispositivo: Destaque - Art. 3º do Projeto de Lei 1.785/15, Destaque - Art. 4º do Projeto de Lei 1.785/15”. Autoria: vereador Gabriel. Discutiram o veto os vereadores Gabriel, Arnaldo Godoy, Gilson Reis, Mateus Simões, Fernando Borja. Encaminhou a votação do veto o vereador Gabriel. Art. 3º, votado destacadamente: participaram da votação 39 vereadores, totalizando 37 votos SIM e 2 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. Artigo 4º, votado destacadamente: participaram da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

votação 39 vereadores, totalizando 35 votos SIM, 2 votos NÃO e 2 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. Projeto na parte não destacada: participaram da votação 39 vereadores, totalizando 34 votos SIM, 9 votos NÃO e 6 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. Declarou o voto o vereador Gabriel. 2) Projeto de Lei nº 1.788/15 - “Veto total à Proposição de Lei nº 131/16, que ‘Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 6.648/94, que ‘Dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública’”. Autoria: vereador Juninho Paim. Encaminhou a votação do veto o vereador Álvaro Damiano. Participaram da votação, 39 vereadores, totalizando 37 votos SIM e 2 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. 3) Projeto de Lei nº 2.044/16 - “Veto total à Proposição de Lei nº 169/16, que ‘Dá o nome de Shimon Peres à praça a ser instalada no terreno localizado na Rua Doutor Javert Barros com a Avenida José de Oliveira Vaz, no Bairro Buritis’”. Autoria: vereador Pablo César-Pablito. Discutiram o veto os vereadores Jorge Santos, Arnaldo Godoy e Gabriel. Encaminharam a votação os vereadores Mateus Simões, Cida Falabella e Arnaldo Godoy. Participaram da votação, 39 vereadores, totalizando 39 votos SIM. Mantido o veto. EM TURNO ÚNICO: Requerimento nº 63/17 - “Preferência para a seguinte proposição em relação aos demais itens da pauta: Projeto de Lei 1.827/16. Autoria: vereador Juliano Lopes. Deferido. EM SEGUNDO TURNO: Projeto de Lei nº 1.827/16 - “Altera a Lei nº 9.288/06, que ‘Dispõe sobre transferência de titularidade de permissão outorgada pelo Município de Belo Horizonte e dá outras providências’”. Autoria: vereador Juliano Lopes. Foram deferidas, EM TURNO ÚNICO, as seguintes proposições: 1) Requerimento nº 62/17 - “Preferência para: Emenda 1 ao Projeto de Lei 1.827/16”. Autoria: vereador Juliano Lopes. 2) Requerimento nº 94/17 - “Votação destacada, do seguinte dispositivo: Destaque - § 2º do art. 1º da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei 1.827/16”. Autoria: vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. O vereador Arnaldo Godoy solicitou a interrupção da discussão desse projeto, nos termos do art. 142 do Regimento Interno - RI, o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que foi deferido pelo presidente. Da decisão do presidente, recorreu o vereador Juliano Lopes. Discutiu o recurso o vereador Arnaldo Godoy. Encaminharam a votação os vereadores Arnaldo Godoy e Juliano Lopes. Provido o recurso. Discutiram o projeto os vereadores Áurea Carolina, Álvaro Damião, Rafael Martins, Jair di Gregório, Pedro Bueno e Arnaldo Godoy. Para explicação pessoal, usou a palavra o vereador Rafael Martins. Reassumiu a secretaria a vereadora Nely. Discutiram, ainda, o projeto os vereadores Fernando Borja, Elvis Côrtes, Pedro Patrus, Irlan Melo, Reinaldo Gomes, Cida Falabella, Cláudio da Drogaria Duarte, Gilson Reis, Professor Wendel Mesquita, Léo Burguês de Castro e Juliano Lopes. Aprovados o parágrafo 2º do art. 1º do Substitutivo nº 1, em votação destacada, e o Substitutivo nº 1, na parte não destacada. Prejudicado o projeto. Assumiu a secretaria o vereador Léo Burguês de Castro. O vereador JULIANO LOPES solicitou questão de ordem para esclarecer aos presentes na galeria que o substitutivo havia sido aprovado na íntegra. O vereador Gilson Reis solicitou verificação de quórum. Feita a chamada, registrou-se a presença de 22 vereadores, número suficiente para prosseguimento dos trabalhos. Fazendo uso do tempo destinado à liderança de partido, nos termos do art. 34 do RI, a vereadora ÁUREA CAROLINA fez leitura de correspondência em que informava a libertação da cantora Marcela Eduarda Januária Carvalho, conhecida como Madu Carvalho, que fora presa por causa da onda de incêndios aos ônibus em Belo Horizonte. Afirmou que, nos termos da correspondência, a cantora não mais precisaria usar a tornozeleira e que, de acordo com inquérito, não havia provas de que ela havia cometido qualquer crime. Disse que a medida beneficiava, também, todos os jovens arrolados no mesmo caso. Ainda nos termos da correspondência, por ser mulher, jovem, negra e moradora de ocupação, Madu Carvalho fora presa, em uma ação de criminalização da juventude periférica, e teve vários de seus direitos violados. Assumiu a secretaria o vereador Autair Gomes. O vereador Jorge Santos solicitou verificação de quórum.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Feita a chamada, registrou-se a presença de 16 vereadores, número insuficiente para prosseguimento da reunião. Ficaram transferidas para a 23ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 5/4/17, as seguintes proposições: projetos de lei nºs 1.915/16, 1.271, 1.357, 1.378 e 1.380/14, 1.691/15, 1.809/16 e 1.018/14 e os requerimentos nºs 58, 23, 37, 41, 55, 73, 56 e 62/17. Estiveram presentes, ao longo da reunião, 40 vereadores, a saber: Álvaro Damião, Arnaldo Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Bispo Fernando Luiz, Carlos Henrique, Catatau da Itatiaia, Cida Falabella, Cláudio da Drogaria Duarte, Doorgal Andrada, Dimas da Ambulância, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Elvis Côrtes, Fernando Borja, Flávio dos Santos, Gabriel, Gilson Reis, Hélio da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Jair di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Léo Burguês de Castro, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Patrus, Preto, Professor Wendel Mesquita, Reinaldo Gomes, Rafael Martins e Wesley Autoescola. O presidente declarou encerrados os trabalhos às 17h44min. Para constar, lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo secretário da reunião em que for comunicada a sua aprovação.

Presidente:.....

Secretário:.....